

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE CONSELHO GESTOR DE ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS LAGAMAR

CONSELHO GESTOR DA ZEIS: Lagamar

DATA: 13.06.2022

HORÁRIO DE INÍCIO: 18:30 - 1ª chamada; 18:45 - 2ª chamada.

LOCAL: R. Aspirante Mendes, 39

PRESENTES:

1. Regina Jaqueline da Silva - Presidente Titular;
2. Maria Paula Rodrigues da Costa - Titular;
3. Maria Lucélia Alves Pires - Titular;
4. Iara Andrade Guedes - Suplente;
5. Laíssa Vitória da Silva Limeira - Fundação Marcos de Bruin - Titular;
6. Representante do Vereador Paulo Victor Araújo Martins - CMF - Titular;
7. Armando Elísio Gonçalves - IPLANFOR - Titular;
8. Daniel Gonçalves Rodrigues - Habitafor - Suplente;
9. Francisco Dicélio Souza Feitosa - SEUMA - Titular;

DEMAIS PESSOAS PRESENTES:

1. Julianne Melo dos Santos - Assessora Nossa Cara;
2. Saulo Aquino V. Silva - COPDC/SESEC;
3. André Souza - COPSEC/SESEC;
4. José Ayrton do Nascimento - Morador da Comunidade

AUSENTES:

1. Francisco Allef Fragoso Beserra
2. Neliana Pinto Alencar - Cons. Suplente;
3. Francisco Allef Fragoso Bezerra - Cons. Titular;
4. Maria de Fátima Alfredo Alves - Cons. Titular;
5. Rodrigo Paulino do Nascimento - Cons. Suplente;
6. Francisca Coelho de Freitas - Cons. Suplente;
7. José Marvem Queiroz Silvino - Cons. Suplente;
8. Francisco Paulo de Almeida - Cons. Suplente;
9. Fundação Marcos de Bruin - Titular;
10. Paulo Victor Araújo Martins - Câm. dos Vereadores - Titular;
11. Adriana Gerônimo Vieira Silva - Câm. dos Vereadores - Suplente;
12. Nestor Mendes Conegundes - Gabinete do Prefeito - Titular;
13. Elder Gurgel Souza Moura Filho - Gabinete do Prefeito - Suplente;
14. Raul Souto Tavares - Iplanfor - Suplente;
15. Natália Nunes Saraiva - Habitafor - Titular;
16. Ariane Lopes do Nascimento - CEPS - Titular;
17. Paulo Sérgio Galvão de Araújo - CEPS - Suplente;

18. Mariana Araújo Oliveira - Seuma - Suplente;
19. Marlene Alves Bezerra - SR-2 - Titular;
20. Ana Cristina da Silveira Alves Batista - SR-2.

PAUTA:

1. Informes gerais;
2. Apresentação das ações da Defesa Civil

SÍNTESE DO CONTEÚDO DAS DISCUSSÕES:

1. A reunião foi agendada para às 18:30, foram dados 15 minutos de tolerância e a reunião se iniciou às 18:45.
2. **JAQUELINE** inicia a reunião com uma rápida apresentação dos participantes e em seguida recorda um dos pontos de pauta da reunião passada, que consiste nos problemas de alagamentos do canal. Esse problema segundo ela é estrutural e lembrou da quadra chuvosa de 2004, período no qual ocorreu forte alagamento na comunidade;
3. **JAQUELINE** passa a palavra para o palestrante convidado que mostra em linhas gerais as ações da defesa civil no território;
4. **FRANCISCO ANDRÉ** inicia a palestra apresentando as rotinas da defesa civil, mostrando o papel da instituição e os procedimentos básicos oferecidos às vítimas das enchentes. Afirma ainda que as demandas da defesa civil geralmente estão relacionadas com as áreas de risco e envolvem aspectos ligados à habitação e infraestrutura urbana. Segundo o palestrante, a defesa civil atua principalmente na mitigação dos impactos ambientais, reduzindo ao máximo seus efeitos na integridade física e material dos atingidos;
5. **FRANCISCO ANDRÉ** provoca os participantes com o seguinte questionamento: como articular conjuntamente a solução para um problema complexo, como o dos alagamentos, envolvendo compromisso técnico, engajamento da comunidade e vontade política? Deve haver integração entre as políticas, pois cada uma delas possui características distintas. Um exemplo disso consiste no aluguel social, que possui destinação e características diferentes entre os praticados pela Habitafor e Defesa Civil;
6. **JAQUELINE** nesse momento faz uma intervenção e comenta sobre o episódio das 17 famílias que estão recebendo aluguel social em razão da reforma do muro da Escola Municipal Nossa Senhora do Sagrado Coração, situada na Rua Ana Gonçalves, que apresentava avarias estruturais pondo em risco a permanência destas. Ela ainda comentou sobre a abordagem (truculenta) da Defesa Civil e argumentou que o valor do aluguel social (R\$ 420,00) é muito baixo para a realidade do mercado atual;
7. **JAQUELINE** ainda comentou sobre a situação das famílias quando encerrar o prazo do aluguel social. Qual será o posicionamento dos órgãos municipais em relação a isso?
8. **JAQUELINE** afirma que a organização da Lagamar viabilizou a interlocução da comunidade com o Poder Público na época das obras de mobilidade (VLT e Viaduto da Avenida Raul Barbosa) mostrando outros cenários de intervenção menos impactantes em número de remoção de famílias que os apresentados primeiramente pelo Estado. Ela afirma que geralmente as ações do Governo (Estado e Prefeitura) ocorrem sem diálogo com a comunidade, gerando desgastes entre as partes envolvidas;

9. **JAQUELINE** afirma que os projetos do Poder Público precisam ser dialogados com a comunidade do Lagamar. Hoje o impacto das 17 famílias pela defesa civil é a temática mais importante da defesa civil no território. Qual será a postura da Prefeitura de Fortaleza em relação a isso?
10. **FRANCISCO ANDRÉ** afirma que servidor não pode destratar cidadão de forma nenhuma. Às vezes pessoas desabilitadas prejudicam a imagem da Prefeitura nas comunidades;
11. **SAULO AQUINO V. SILVA** afirma que a forma hostil geralmente não parte exclusivamente por parte da Defesa Civil. Nessas ações estão envolvidos servidores de outras secretarias que por despreparo com a temática comprometem negativamente o trabalho desenvolvido pela Defesa Civil;
12. **DANIEL** explica que a transferência da responsabilidade do aluguel social da Defesa Civil para a Habitafor foi correta;
13. **JULIANE MELO DOS SANTOS** ressalta a importância dos laudos da Defesa Civil. O terreno ocupado pelas famílias é alvo de reintegração de posse e foram construídas edificações com dinheiro internacional. Ela informa ainda que existe o PIRF (Plano Integrado de Regularização Fundiária) que orienta as ações do Poder Público no território, indicando quais ações a Prefeitura deve tomar no caso de intervenções na Cidade de Deus (local onde residiam as 17 famílias). Ela afirma ainda que existem problemas relacionados ao lixo (descarte de resíduos sólidos) que devem envolver ações numa perspectiva preventiva de educação ambiental. Isso deve envolver a participação de outras secretarias, devendo direcionar as ações principalmente para a limpeza do Canal. Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a questão da saúde, que é impactada negativamente com situação (sanitária) precária do canal. Nas épocas de chuvas ocorrem as doenças de veiculação hídrica e a proliferação de doenças respiratórias, em razão do acúmulo de águas (água parada) que gera foco de mosquitos causadores de doenças como dengue, chikungunya, etc.
14. **SAULO AQUINO V. SILVA** afirma que erradicar o problema envolve ações de grande impacto na comunidade e intervenções como limpeza e educação ambiental são exemplos de ações mitigadoras dos impactos ambientais. Ele afirma ainda que a quadra chuvosa é de janeiro a junho. Após esse período é enviado um relatório ao prefeito indicando as áreas mais suscetíveis de problemas;
15. **JAQUELINE** afirma que em dezembro a comunidade sofre com muriçocas. Nesse período a Dragagem do canal só funcionava meio período, justamente na ocasião mais crítica em razão do acúmulo de resíduos no canal e da preparação da limpeza do canal para facilitar o escoamento das águas das chuvas. Há relatos que a dragagem do canal não foi finalizada em fevereiro e a quadra chuvosa inicia no mês de março. Dessa forma, quando começou o período chuvoso de 2022 o canal ainda estava com muito aguapé, contribuindo para retenção e acúmulo de água nas áreas alagáveis da comunidade;
16. **SAULO AQUINO V. SILVA** afirma que muitas vezes a comunidade não tem consciência e deposita lixo no local;
17. **JAQUELINE** reforça que a comunidade deposita lixo em locais indevidos, mas há casos de descarte de resíduos sólidos (materiais de construção, resíduos orgânicos) por outros agentes externos, originários de outras áreas da Cidade que utilizam o canal do lagamar para descarte dos resíduos sólidos;
18. **DANIEL** afirma que essas questões foram retratadas no PIRF e gostaria de saber se a defesa civil possui critérios para receber o aluguel social, pois o recurso é finito. Qual o plano da Defesa Civil?
19. **SAULO AQUINO V. SILVA** afirma que o aluguel social é rotativo no período de dois anos. Caso não ocorra solução, a responsabilidade do aluguel social é transferida para outro órgão. No caso específico das 17 famílias do Lagamar, essa transferência foi destinada para a Habitafor. O mesmo afirma que a Política Habitacional era um elemento norteador para possíveis intervenções em áreas de risco. Entretanto,

houve um enfraquecimento dessa temática que prejudica o trabalho da erradicação das áreas de risco na Cidade;

20. **JULIANE MELO DOS SANTOS** pergunta se há na Defesa Civil equipe de assistente social;
21. **FRANCISCO ANDRÉ** responde que as ações sociais da Defesa Civil ocorrem de forma integrada com as outras secretarias que possuem esse profissional em seus setores;

ENCAMINHAMENTOS:

1. Interlocução entre Seuma e Agefis para tratar dos questões do descarte de resíduos sólidos no Canal do Lagamar: convocar uma fiscalização da Agefis (Agência de Fiscalização do Município) para multar quem descarta lixo no Canal do Lagamar
2. Garantir maior transparência das ações da Defesa Civil nas comunidades: levar essa discussão para a próxima reunião do Fórum das Zeis.

HORÁRIO DE ENCERRAMENTO: 20h

LAVRATURA: (dando fé pública):

Armando Elisio Gonçalves

ASSINAM EM ACORDO:

Regina Jaqueline da Silva (Presidente)

Maria de Fátima Alfredo Alves (C. Titular)

F.co Allef Fragoso Bezerra (C. Titular)

Fundação Marcos de Bruin

Dicélio Souza Feitosa (SEUMA Titular)

